

## **Regulamento do prémio “Reportagem Parlamento dos Jovens” 2013**

### Artigo 1.º

#### (Objetivo do Prémio)

O Prémio “Reportagem Parlamento dos Jovens” destina-se a incentivar as Escolas, que elejam “deputados” às Sessões Nacionais do Parlamento dos Jovens, a divulgar a sua participação nesta iniciativa através do jornal ou de outro meio de comunicação social da comunidade escolar e, sempre que possível, na imprensa local ou regional.

### Artigo 2.º

#### (Candidaturas)

1. Podem candidatar-se ao Prémio as Escolas participantes nas Sessões Nacionais do Parlamento dos Jovens, cujos repórteres enviem à AR, no prazo de 45 dias após a Sessão, a sua reportagem, com texto e fotografias da Sessão Nacional e, eventualmente, dos principais momentos da sua preparação ao longo do ano letivo.
2. As Escolas que inscreverem jornalistas e não enviarem a respectiva reportagem perdem o direito a inscrever um jornalista no ano seguinte.

### Artigo 3.º

#### (Apresentação dos trabalhos)

1. As reportagens devem ser enviadas através do seguinte endereço de correio eletrónico: [premio.reportagem@ar.parlamento.pt](mailto:premio.reportagem@ar.parlamento.pt), identificando o repórter e outros colaboradores. A reportagem deve ser assinada pelo repórter que se inscreveu para participar na Sessão Nacional.
2. O ficheiro correspondente a cada reportagem (texto e fotografias) deve ser enviado em formato pdf, não devendo exceder 3 MB. O texto deve ter um máximo de 2.000 palavras, com letra tipo Areal 11. As candidaturas que não cumpram este requisito não são admitidas.
3. Todos os trabalhos ficam disponíveis no portal do Parlamento dos Jovens até ser publicitada a deliberação do Júri.

Artigo 4.º

(Júri)

1. O Júri do Prémio é presidido pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Educação Ciência e Cultura e integra um representante de cada Grupo Parlamentar, a Coordenadora do Programa na AR, um representante do Ministério da Educação e Ciência e um representante do Instituto Português do Desporto e Juventude.
2. O Júri delibera até final da primeira semana de Setembro, sendo as suas decisões publicitadas, de imediato, no portal do Parlamento dos Jovens.

Artigo 5.º

(Critérios de avaliação)

1. O Júri avalia cada reportagem tendo em conta os seguintes critérios: a correção e pertinência da informação, a criatividade na sua apresentação, o sentido crítico sobre a experiência de participação da Escola no Parlamento dos Jovens.
2. A Coordenação do Programa na AR dá parecer ao Júri sobre eventuais incorreções contidas no texto das reportagens que possam ser fundamento de exclusão de alguma candidatura.

Artigo 6.º

(Prémios)

1. A Escola vencedora tem como prémio a divulgação da sua reportagem no portal do Parlamento dos Jovens, durante o ano letivo seguinte, recebendo o seu autor e a Escola um prémio a decidir anualmente pela Assembleia da República.
2. Todas as Escolas candidatas recebem publicações da AR e do ME para as suas bibliotecas.

Artigo 7.º

(Menções honrosas)

O Júri pode atribuir menções honrosas a algumas Escolas candidatas, em função do mérito das suas reportagens.